

# **O LEGADO DA COPA DO MUNDO FIFA 2014 PARA AS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NA SEGURANÇA PÚBLICA<sup>1</sup>**

Sara Prado – CRISP / FAFICH / UFMG  
CNPq

[sara@crisp.ufmg.br](mailto:sara@crisp.ufmg.br)

Débora Rodrigues - CRISP / FAFICH / UFMG  
CNPq

[debora@crisp.ufmg.br](mailto:debora@crisp.ufmg.br)

## **RESUMO:**

Este artigo discute as mudanças implantadas na Segurança Pública, da capital mineira, durante a Copa do Mundo FIFA 2014 e analisa a possibilidade da incorporação dessas mudanças no cotidiano das instituições de segurança após o encerramento do evento. As análises estão consubstanciadas em entrevistas realizadas com atores chave da Segurança Pública do estado de Minas Gerais e em diários de campo resultantes da observação participante realizada ao longo do evento.

Esta foi a área que mais investimentos recebeu dos governos federal e estadual devido às pressões internacionais para prevenção da criminalidade como forma de garantir a ordem durante a realização dos megaeventos esportivos internacionais.

Os principais investimentos se deram em torno da configuração de uma nova filosofia de atuação e da constituição dos Centros Integrados de Comando e Controle (CICC). Tal empreendimento, exigidos pela própria FIFA, é apontado como o grande legado para a segurança pública, já que pretende-se integrar a partir dos centros, as polícias federais e estaduais, as forças armadas, a guarda municipal, além dos serviços de saúde pública e trânsito locais.

Agregado a esse empreendimento, equipamentos foram adquiridos para possibilitar um nível de excelência na ação das organizações de segurança e defesa. Não obstante, chama a atenção o enorme número de armas letais e não letais adquiridos pelos governos federais e estaduais que prepararam o país para uma guerra.

---

<sup>1</sup>Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto “Legados e oportunidades Gerados pela Copa do Mundo 2014 na cidade de Belo Horizonte”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio do auxílio nº. 400049/2013-9. Na área de segurança pública, a pesquisa coordenada pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Discutir-se-á a efetividade dessas mudanças na rotina das instituições envolvidas e a possibilidade de se manter o nível de qualidade nas ações de segurança alcançadas durante a realização do megaevento internacional.

## **INTRODUÇÃO**

Sempre que há um evento esportivo há uma denotação de festa na localidade em que eles ocorrem. Os megaeventos esportivos não fogem a essa regra, daí a necessidade de um planejamento que seja capaz de garantir a segurança e que possa trazer aos espectadores uma tranquilidade para acompanharem ao espetáculo.

Os megaeventos esportivos previstos para ocorrerem no Brasil – Copa do Mundo FIFA de 2014 e Olimpíadas de 2016 – atuam como uma vitrine para o país. A transmissão dos jogos, realizada para quase todos os países do mundo, permite que uma grande parte da população mundial seja espectadora deles. Isso possibilita publicizar e, consequentemente, promover uma cidade ou um país, incluindo-os no circuito econômico e turístico mundial.

Para que de fato ocorra essa inserção, é preciso que haja um reconhecimento positivo do país sede. Para tanto, políticas públicas são formuladas e implementadas buscando o aprimoramento no desenvolvimento social e econômico que possibilite esse conforto. No Brasil, para além da necessidade de investimentos em infraestrutura, comunicação, turismo, transporte e saúde, a área da segurança pública foi uma das que mais mereceu a atenção e investimento por parte dos governos federal e estadual enquanto ações para o preparativo para a Copa do Mundo FIFA de 2014.

Diante das estatísticas de morte violenta mundiais, o Brasil figura como um dos países com maior quantidade absoluta e relativa de homicídios dolosos, sendo que entre os países participantes do referido evento, o índice de violência do Brasil é inferior apenas a da Colômbia e Honduras.<sup>2</sup> Com 25,2 mortes violentas para cada 100.000 habitantes no ano de 2012, toda a comunidade internacional pressionou o país para a realização de um grande investimento na prevenção da criminalidade, de forma a garantir a ordem e a segurança dos grandes eventos esportivos internacionais.

---

<sup>2</sup> Nesse sentido, ver: <http://www.soudapaz.org/noticia/indice-de-homicidios-dos-paises-participante-da-copa-do-mundo> acesso em 24/08/2014

A Copa do Mundo FIFA de 2014 foi apropriada pelo setor de segurança pública como um momento que auxiliaria na redução dos problemas de coordenação das agências policiais, a partir da constituição e funcionamento dos Centros Integrados de Comando e Controle (CICC) -, que se subdividem entre CICC Nacionais (2), Regional (12, um para cada cidade sede), Local e Móvel. Em todas as cidades sede dos jogos da Copa do Mundo FIFA de 2014 foram construídos CICC, que seguiram o mesmo modelo arquitetônico e intelectual, de forma a permitir o monitoramento de várias partes da cidade através das câmeras, que têm suas imagens projetadas em um *videowall* em uma sala na qual estão presentes os representantes das instituições mencionadas. Esse arranjo de monitoramento tecnológico possibilita uma rápida atuação em caso de necessidade, pois, a partir de um mesmo lugar, situações de emergência podem ser resolvidas de maneira conjunta através de decisões ágeis e coordenadas, que buscam a pronta resposta.

Neste trabalho será analisada a efetividade do legado deixado pela Copa do Mundo FIFA de 2014, no âmbito da segurança pública, na cidade de Belo Horizonte. O que se pretende verificar é a capacidade de o Centro Integrado de Comando e Controle, cuja criação recebeu o maior investimento público na área da Segurança, se tornar uma instância útil no cotidiano da cidade uma vez encerrada a Copa do Mundo de 2014. Além de esclarecer se o CICC, catalisador da integração entre as instituições responsáveis pela segurança, funcionará cotidianamente da forma para a qual foi criado ou se transformará em uma estrutura sem funcionamento efetivo e de uso exclusivo de uma única instituição.

A discussão que ora se apresenta originou-se da pesquisa “Legados e Oportunidades geradas pela Copa do Mundo na cidade de Belo Horizonte” e foi estruturada a partir de entrevistas semi estruturadas realizadas com representantes de todas as instituições que compunham o CICC no período compreendido entre a Copa das Confederações e Copa do Mundo e depois dessa com algumas lideranças chave da Segurança Pública no estado de Minas Gerais, ao todo foram realizadas 34 entrevistas.<sup>3</sup> Foram feitas também análises de documentos oficiais que pautaram a execução das atividades voltadas para a segurança dos eventos, além de notícias relacionadas com o tema vinculadas pela mídia.

---

<sup>3</sup> As entrevistas foram realizadas com membros das seguintes instituições: Polícia Militar MG (6); Polícia Civil (6); Polícia Federal (2); Polícia Rodoviária Federal (1); Guarda Municipal de Belo Horizonte (4); Exército (1); Agência Brasileira de Inteligência (1) Comitê Organizador Local (1); Corpo de Bombeiros (1); Secretaria Extraordinária de Assuntos para a Copa – PBH (2); Secretaria Estadual para Assuntos da Copa (2); Secretaria Estadual de Defesa Social (7)

## 1 – Como identificar as prioridades da segurança pública na Copa do Mundo FIFA de 2014: uma análise do orçamento destinado à área

Como dito anteriormente, a área da segurança pública foi uma das que mais investimento recebeu por ocasião dos megaeventos esportivos no Brasil. Esses investimentos foram distribuídos, entre a implantação do CICC e suas tecnologias, capacitação e treinamento dos agentes de segurança e aquisição de equipamentos, em especial, armamentos.

De acordo com a informação encontrada no Portal da Transparência para a Copa do Mundo foram destinados R\$ 1,17 bilhão para a segurança pública (Figura 1). Desse montante, aproximadamente R\$ 850 milhões foram destinados à construção e aparelhamento tecnológico e estrutural dos prédios do CICC; e R\$ 313 milhões destinaram-se à aquisição de equipamentos, capacitação e treinamento dos agentes de segurança.

Figura 1: Gastos com Segurança para Copa do Mundo



Fonte: Portal da Transparência<sup>4</sup>

Apesar de todo o discurso utilizado no documento *Planejamento Estratégico para Segurança na Copa do Mundo* sobre a segurança pública com cidadania e sobre a prestação de serviços baseados nos princípios da proporcionalidade e do respeito aos

<sup>4</sup> [www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)

Direitos Humanos, foram adquiridos em armamentos menos letais, aproximadamente R\$ 50 milhões, com o objetivo claro de conter os distúrbios civis a todo custo desrespeitando inclusive as normas instituídas pela ONU através do Código De Conduta Para Os Encarregados Para Aplicação Da Lei - CCEAL de 1979.<sup>5</sup>

Além dos gastos com armamentos de menor potencial ofensivo, boa parte dos recursos foi utilizado para a aquisição de uma série de equipamentos que juntos servirão de suporte ao CICCRR. A seguir são descritos brevemente cada um desses equipamentos:

*Centro Integrado de Comando e Controle Móvel – CICCRR*: Veículos que tem a função de posto de comando equipados com variados recursos tecnológicos e que servem de suporte às operações no entorno do local de realização de grandes eventos. Integrado pelos diferentes órgãos que compõem a Segurança Pública e Defesa os CICCRR's atuam em casos de emergência que exigem resposta imediata.

*Delegacias Móveis*: é percebida como uma extensão das delegacias convencionais. São equipadas com recursos tecnológicos, e funcionam em um veículo que pode se deslocar para locais com grande concentração de público evidenciando a presença policial e todo seu mecanismo que possibilita a prestação de serviços à população.

*Plataforma de Observação Elevada*: Veículo que possibilita a observação ampla de um determinado perímetro devido ao seu mecanismo de elevação de um patamar, o que facilita o reconhecimento de uma atividade ilícita. Compartilhada por agentes de várias instituições de segurança pública facilita a pronta resposta.

*Imageador aéreo*: São equipamentos eletro-ópticos e infravermelho, de última geração, instalados nas aeronaves que visam criar e implementar um sistema aeronáutico de captação, gravação e transmissão de imagens.

*Videomonitoramento*: Implantação de câmeras para o vídeo monitoramento de pontos estratégicos da cidade. Foram instaladas câmeras em áreas de interesse para Copa, como corredores de acesso à Arena áreas afins.

A maioria dos equipamentos adquiridos – exceto os armamentos menos letais – objetivam claramente alimentar o CICCRR com informações pertinentes sobre os acontecimentos da cidade, munindo os tomadores de decisão de cada instituição presente, de informações que auxiliam na pronta resposta. Exatamente por isso, torna-se importante, se não indispensável, analisar qual será a utilidade desse órgão uma vez encerrada a Copa do Mundo FIFA de 2014.

---

<sup>5</sup> Nesse sentido, ver Rodrigues et al (2014)

Foram feitos ainda alguns poucos investimentos em capacitação e treinamento dos agentes de segurança que iriam lidar diretamente com os variados públicos. Entre os cursos disponibilizados, podemos destacar o de combate a incêndio e evacuação de praças esportivas e / ou locais de grande aglomeração de pessoas, controle de distúrbios civis, uso diferenciado da força, gerenciamento de crises, atendimento pré-hospitalar, policiamento turístico, curso básico de línguas entre outros. Sobre essas capacitações um dos entrevistados questiona a qualidade dos treinamentos recebidos, seu excesso de ênfase na proficiência em línguas e a incapacidade desses gerarem efeitos duradouros:

Eu sei que existe uma capacitação em línguas também que é uma capacitação completamente insuficiente para o atendimento à copa. Capacitar uma pessoa para que ela tenha habilidade em línguas a gente sabe que demora pelo menos aí uns 4 anos para uma pessoa conseguir se comunicar razoavelmente bem. Então a gente tem cursos inclusive que são muito criticados de línguas. (Agente 1 – SEDS)

Por outro lado, a visão de outro entrevistado sobre os treinamentos e capacitações é muito positiva:

a parte de capacitação está de vento em polpa em treinamento, com vários ajustes que foram feitos no orçamento, mas a gente está trabalhando com isso, foco para policiamento turístico, foco para atuação em locais de grande aglomeração pública, praças esportivas que é estádio, e os projetos estão caminhando. (Agente 1 – PMMG)

Além da constituição do CICC e do treinamento dos agentes de segurança pública, foram adquiridos diversos equipamentos que viabilizariam um nível de excelência na atuação das organizações de segurança e defesa. Chama-nos a atenção, contudo, a imensa quantidade de armamentos letais e menos letais adquiridos pelos governos federais e estaduais, que prepararam o país para uma verdadeira guerra.<sup>6</sup>

Portanto, considerando os dados apresentados nessa seção, é possível afirmar que a opinião dos entrevistados em Minas Gerais, que apontavam o CICC como o maior legado da Copa do Mundo FIFA de 2014, parece encontrar ressonância nos investimentos realizados pelo Governo Federal na capital mineira, uma vez que a grande maioria foi direcionada a essa agência. Resta saber se ela terá alguma utilidade uma vez encerrado o megaevento esportivo, que é o tema da próxima seção.

## **2 – Para que Centros Integrados de Comando e Controle (CICC)?**

---

<sup>6</sup> Nesse sentido, ver Bartelt (2014).

No Brasil, o arranjo institucional de Segurança Pública encontra-se descrito no art. 144 da Constituição Federal de 1988, que estabelece a competência das Polícias para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Cada uma dessas instituições tem atribuições distintas, dependendo de sua institucionalidade (se federal, estadual ou municipal) e da natureza do problema a ser administrado, já que algumas delas possuem competência restrita, uma vez que no Brasil o ciclo completo é exceção e não regra. Cada agência responde por uma parte do trabalho de prevenção e repressão ao crime, tal como indica o art. 144 da Constituição Federal de 1988.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

§ 4º - às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º - às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º - As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º - A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 8º - Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39.

§ 10. A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas: I - compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente; e II - compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em Carreira, na forma da lei.

Para se compreender a complexidade do arranjo policial no Brasil, basta analisar os números: uma força nacional, três polícias federais, 27 polícias militares, 27 polícias civis e 993 Guardas Municipais;<sup>7</sup> todas com competências ora complementares, ora concorrentes. Como o Brasil é uma federação, não existe hierarquia entre essas distintas instituições, sendo a ação de cada qual determinada pela natureza do problema de segurança pública em questão.

Para reduzir os problemas de coordenação das distintas organizações policiais, cada nível federado conta com uma Secretaria, que coordena as ações a serem realizadas por essas instituições, ainda que elas se subordinem diretamente ao chefe do respectivo Poder Executivo (federal, estadual ou municipal). A ideia é que arranjos dessa natureza viabilizariam o desenvolvimento de ações integradas - que seriam iniciadas em uma instituição e terminadas na outra. No nível federal, tem-se a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Nos estados, as Secretarias Estaduais de Defesa Social (SEDS) formulam as políticas macro da área, a serem executadas pelas Polícias Militares e Civis, no limite de suas atribuições constitucionais. Com a multiplicação de Guardas Municipais em todo o território, as prefeituras têm constituído Secretarias Municipais de Segurança Urbana e Patrimonial (SMSEG), com a mesma finalidade.

Como forma de contornar os possíveis percalços decorrentes desse arranjo de governança *sui generis*, a proposta do Ministério da Justiça para a área foi a constituição de uma instituição de gestão, que congregaria todas as organizações de segurança nacional, segurança pública e defesa civil em um mesmo espaço, em moldes um pouco mais sofisticados que os GGIs. Trata-se da regra estabelecida pela União, de que todos os estados e as cidades sedes da Copa do Mundo FIFA de 2014 deveriam instituir um Centro Integração de Comando e Controle (CICC), com vistas a aumentar a integração das organizações na execução das suas tarefas propriamente ditas, maximizando as ações de

---

<sup>7</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2012; Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2013.



prevenção e repressão ao crime. Como forma de forjar a constituição desses arranjos, novamente a SENASP capitaneou o processo:

O modelo de integração, originalmente proposto pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) para a Copa, abrange a instalação de um centro para coordenação geral, em nível nacional, em local a ser definido; além deste, também conforme a proposta, seriam instalados centros nos estados sede de jogos, de maneira a articular ações de segurança integradas, contando ainda com uma sala de coordenação e controle no interior dos estádios onde ocorrerão os jogos, além de um veículo terrestre de comando e controle, dotado de equipamentos tecnológicos avançados, para desenvolvimento de ações, comunicações e envio de dados, imagens e voz, remotamente, diretamente de um provável local de crise. Tais instalações devem estar integradas através de sistemas tecnológicos que permitem transmissão durante o desenrolar dos acontecimentos, em quaisquer eventos que exijam esforços integrados para a manutenção da ordem pública (Coli, 2011, p. 12).

É interessante notar que o CICC - enquanto dimensão operacional das políticas de segurança pública e defesa - reproduz a mesma lógica de dominó dos arranjos gerenciais. A sua coordenação geral é pela SESGE; as coordenações regionais são feitas pela SEDS e, subordinadas a essas, as têm-se as coordenações locais (móveis) nos estádios sede dos jogos da Copa do Mundo FIFA de 2014.

A proposta inicial era que o CICC congregasse as organizações de segurança nacional, pública e defesa social. Porém, depois de algum tempo percebeu-se que as atribuições dessas três esferas eram muito diversas e, com isso, foram criados três CICC's nacionais distintos: o da área de defesa, composto *exclusivamente* pelas Forças Armadas; o da área de segurança pública, composto pelas polícias (estaduais e federais), defesa social (estadual e municipal), agências de trânsito e Forças Armadas; o da inteligência, com funcionários da ABIN, das forças armadas e polícias federais que seria responsável pelo rastreamento de todos os tipos de informação, filtragem e encaminhamento das mesmas aos seus responsáveis.

Para orquestrar a criação e implantação das políticas de segurança para os grandes eventos, foi criada, pelo Decreto nº 7.538, de 1º de agosto de 2011, a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos – SESGE, subordinada ao Ministério da Justiça. Sua função seria o planejamento, definição, coordenação, implementação, acompanhamento e avaliação das ações de Segurança Pública.<sup>8</sup> Em parceria com a Secretaria de Defesa Social do estado de Minas Gerais - SEDS, a SESGE estabeleceu a criação do Centro Integrado de Comando e Controle Nacionais e Regionais, incluindo o de

---

<sup>8</sup> Nesse sentido, ver Planejamento Estratégico de Segurança para a Copa do Mundo.

Minas Gerais decorrência da escolha do Brasil como sede para a Copa do Mundo (o que ocorre em 2007).

Em função desse “novo” modelo de gestão,<sup>9</sup> novas filosofias de atuação profissional também foram criadas como moldura intelectual para a ação de todas as pessoas que fazem parte desse novo projeto. Para tanto, a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos – SESGE, órgão do Ministério da Justiça, investiu em capacitação dos operadores desse novo sistema tanto quanto investiu na capacitação e treinamento dos agentes que atuam na ponta do processo. Por meio dessas estratégias de formação, foram desenvolvidos protocolos de ação em conjunto entre as instituições respeitando a atribuição constitucional de cada uma, tudo isso no intuito de preparar cada uma das equipes para atender à população maximizando a agilidade e a eficiência em qualquer emergência.

É interessante notar, contudo, que a ideia de CICC não é nova no mundo. Depois do atentado terrorista de 11 de Setembro ao *World Trade Center*,<sup>10</sup> surgiu no mundo uma necessidade de aumentar a segurança em eventos internacionais de grande visibilidade e, em função disso, nas Olimpíadas de Atenas ocorridas em 2004 (primeiro mega evento esportivo depois do atentado), a Grécia adotou um modelo de segurança conhecido como C4I (*Command, Control, Communication, Computer and Information*) que foi naturalmente incorporado por demais países que vieram a sediar eventos dessa magnitude, tornando-se assim um modelo para segurança pública a ser seguido. Tal modelo pode ser definido como “conjunto de instalações, equipamentos, sistemas de informação, comunicações, doutrinas, procedimentos e pessoal essenciais para o decisor planejar, dirigir e controlar as ações da sua organização”. (BRASIL, 2006, p. 13).

Em função desse modelo de segurança adotado por todos os países sede de megaeventos esportivos, surgiu a necessidade de se criar uma política pública para a segurança que absorvesse esse novo conceito também no Brasil. A partir disso nasce o Sistema Integrado de Comando e Controle que pode ser entendido como:

(...) um sistema que compreende um conjunto de Centros Integrados de Comando e Controle - CICC e Plataformas de Observação Elevada - POE, que será utilizado nas ações de segurança para Grandes Eventos a serem sediados pelo Brasil, dotado de equipes de alto desempenho, modelo lógico, ferramentas

---

<sup>9</sup> O novo está entre aspas porque, desde a década de 1990, existem diversas experiências de integração das organizações policiais, entre elas o Gabinete de Gestão Integrada (GGI), que também parte do princípio de que as ações de prevenção e repressão ao crime em âmbito local podem ser mais eficazes se os responsáveis pelas diversas organizações estiverem trabalhando em conjunto. Nesse sentido, ver: Ribeiro e Cortês (2009).

<sup>10</sup> Nesse sentido, ver Cardoso (2013)

de inteligência e sistemas tecnológicos de última geração. (BRASIL. Ministério da Justiça Portaria nº 112/2013).

E que

(...) terão a finalidade de proporcionar uma imagem fiel e em tempo real do panorama local e global dos eventos e dos recursos envolvidos nas operações e incidentes relacionados à segurança pública, defesa civil, segurança privada e mobilidade urbana, a fim de embasar a tomada de decisão por parte das instituições. (PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA SEGURANÇA NA COPA DO MUNDO, 2012, p. 34).

A ideia de centros de comando e controle também já havia sido adotada pelo Ministério da Defesa do Brasil em 2006, ano de publicação da Portaria Normativa 1888/Estado Maior de Defesa/Ministério da Defesa, não sendo desse modo uma novidade no país. A inovação nesse aspecto é buscar, através da criação desses centros, a integração entre todas as instituições ligadas à segurança pública, que de acordo com o Planejamento Estratégico, seria o grande legado a ser deixado pela Copa do Mundo para a segurança pública.

### **3 – O CICC EM TERRAS MINEIRAS: UMA ANÁLISE DE SEU FUNCIONAMENTO**

A integração entre as instituições de segurança pública foi anunciada por grande parte das agências governamentais como o grande legado a ser deixado para a área de segurança pública pela Copa do Mundo FIFA de 2014, dado todo o planejamento estratégico elaborado pelas instâncias responsáveis pela coordenação e execução das atividades de segurança dão muito enfoque ao tema e afirmam que:

Assim, torna-se indiscutível a necessidade de que todo o planejamento tenha foco no legado a ser deixado para a área de segurança pública. Portanto, todos os investimentos em aquisição de equipamentos e na elaboração de estratégias devem priorizar a incorporação destes às políticas permanentes de segurança pública. Além disso, todos os esforços devem ser direcionados à efetiva integração das instituições brasileiras, (...), pois, como se sabe, a ausência de integração entre os diversos órgãos é um dos grandes fatores que obstaculizam a redução dos índices de criminalidade e desperdiçam recursos públicos. Todo o escopo do planejamento estratégico para a segurança pública durante a Copa do Mundo objetiva à integração das instituições (...) (PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA SEGURANÇA NA COPA DO MUNDO, 2012, p. 13)

Contudo, o estado de Minas Gerais já contava com um modelo de integração entre as instituições de segurança estaduais desde o ano de 2003,<sup>11</sup> quando foram extintas a Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria de Direitos Humanos e em lugar dessas foi criada a Secretaria Estadual de Defesa Social – SEDS que tem a prerrogativa de coordenar as ações operacionais das instituições policiais do estado, o que tornou o modelo único quando comparado com os demais estados da federação. O resultado dessa inovação foi a instituição do Colegiado de Integração em que as várias instituições ligadas à segurança pública estadual definem as estratégias e as ações a serem realizadas em diferentes situações.

Diante disso, o estado não recebeu com surpresa a proposta do Ministério da Justiça da integração entre as instituições e agentes da segurança pública. Contudo houve, de acordo com nossos entrevistados, dificuldades por parte da SESGE em compreender a integração que já existia em Minas Gerais:

A SESGE e o governo federal nunca compreenderam muito bem o modelo de gestão de Minas Gerais então eles são bastante atrapalhados em relação a como atuar conosco. Por que eu falo isso? Em vários estados as secretarias mandam nas polícias ou então a polícia tem uma autonomia de tratar diretamente com o governo federal, então assim é um modelo diferente do nosso e como aqui o nosso modelo é de integração e nós procuramos fazer tudo dando ciência para todas as instituições, normalmente nós pleiteamos vaga para todo mundo nos eventos que acontecem na SESGE. (Agente 2 – SEDS/MG)

O modelo de integração de Minas Gerais tem sua confluência na SEDS e isso não foi respeitado pelo planejamento elaborado pela SESGE, possivelmente devido ao desconhecimento dos meandros dos limites e possibilidades da política integração no estado. A proposta da SESGE era implantar um novo modelo de segurança pública, mas esse não poderia se basear apenas na construção de um espaço cuja prerrogativa é a integração das instituições, o que, por si só, contribuiu para que o projeto do CICC fosse visto com reservas.

Em Minas Gerais, o CICC começa com o projeto arquitetônico doado pela Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, a construção do CICC de Minas Gerais teve previsão de custo de R\$ 77 milhões divididos entre as obras de construção do centro orçadas em R\$ 48,5 milhões, investimento de R\$ 20 milhões em equipamentos de segurança e R\$8,5 milhões em *softwares* de última geração.<sup>12</sup> Em fevereiro de 2013 a obra,

---

<sup>11</sup> Nesse sentido, ver Saporì (2008)

<sup>12</sup> [https://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=2114&Itemid=71](https://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2114&Itemid=71) Acesso em 01/10/2014

que estava sendo realizado dentro de um Batalhão da Polícia Militar na região Oeste de Belo Horizonte, se iniciou com previsão de conclusão em meados de 2014.

Para a Copa das Confederações foi criado um centro provisório na Cidade Administrativa, zona Norte da cidade, mas com a previsão de transferência para a sede própria, no bairro da Gameleira (zona noroeste) até maio de 2014. Na cidade administrativa, o espaço de aproximadamente 1.000 m<sup>2</sup> recebeu investimento de R\$ 2 milhões em equipamentos. O funcionamento do centro provisório se iniciou em março de 2013 e contou com representantes das instituições municipais, estaduais e federais. Ele seria desativado tão logo o prédio do CICC ficasse pronto. Porém, a obra parou por um impasse entre a SEDS e a construtora responsável pela obra, o que gerou grande atraso e inviabilizou a utilização do espaço durante a Copa do Mundo.<sup>13</sup> Desse modo, tanto a Copa das Confederações quanto a Copa do Mundo foram acompanhadas do Centro Integrado de Comando e Controle instalado na Cidade Administrativa que havia sido criado para funcionar provisoriamente durante a Copa das Confederações. Interessante notar, que até hoje as obras não foram retomadas, indicando que dificilmente a sede própria do CICC será concluída, dado, inclusive, o encerramento da Copa do Mundo FIFA de 2014.

### **3.1 – Treinar para integrar: é possível?**

O objetivo principal do CICC é filtrar e notificar as ocorrências, permitindo que sejam tomadas decisões ágeis, rápidas e inteligentes em situações de emergência, otimizando recursos e ações. Para que todas essas atividades pudessem ser realizadas em conjunto, por pessoas com diferentes trajetórias profissionais e oriundas de diversas organizações, a solução inicialmente encontrada foi o desenvolvimento de uma política de treinamento que enfatizasse a importância da interdependência das ações. Para tanto,

A SESGE, em parceria com Secretaria Nacional de Segurança Pública, irá desenvolver os programas de capacitação e treinamento, visando dotar os profissionais das forças federais, estaduais e municipais dos conhecimentos necessários para o cumprimento de suas atribuições durante a Copa do Mundo. (PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA SEGURANÇA NA COPA DO MUNDO, 2012, p. 49)

---

<sup>13</sup> <http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/qg-da-copa-em-bh-so-sai-4-meses-apos-os-jogos-1.194709> Acesso em 01/10/2014

A forma encontrada pela SESGE para preparar os indivíduos que iriam atuar no CICC para as suas atividades durante a Copa das Confederações FIFA de 2013 e Copa do Mundo FIFA de 2014 foi a elaboração de quinze oficinas temáticas que tinham por finalidade:

(...) desenvolver estudos com base em análise e avaliação de riscos e elaborar planos e protocolos integrados de segurança pública e de defesa civil para o gerenciamento de riscos identificados, descrevendo os processos e os procedimentos de respostas às demandas, visando à integração entre os órgãos (...) (REGIMENTO Interno SESGE/MJ, 2011, p. 6-7)

Na visão de um dos entrevistados, a criação dessas oficinas, “é uma loucura, parece que as pessoas não sabem o que é gestão, criar quinze oficinas para discutir tema de Copa do Mundo. Então eles criaram para coordenar os trabalhos e não foi possível coordenar” (Agente 2 – SEDS/MG). Questionado sobre o favorecimento da ação de treinamentos para o controle, um agente da Polícia Federal nos responde,

Favorece sem sombra de dúvida, o fato de já ter tido um CICC montado a tempo e ele ter funcionado vamos dizer, nos mesmos moldes que funcionará, logicamente que com alguma alteração, (...) a tecnologia vai sofrer uma alteração positiva para a copa do mundo, (...) então isso deu a Minas Gerais uma condição de trabalhar melhor na copa do mundo (...) ele é um legado, vai permanecer. (Agente 1 – Polícia Federal)

Para além da participação nas oficinas temáticas oferecidas pelo governo federal, a solução encontrada, para o bom andamento das ações, foi a prática da atuação. Ciente da limitação das corporações estaduais em atuar em grandes eventos, a SEDS resolveu começar a atuar o quanto antes, possibilitando que os membros das instituições participantes adquirissem a expertise necessária para a atuação durante a Copa das Confederações FIFA de 2013, reconhecido como evento teste para o grande mundial de futebol.

Inauguramos a área dia 15 de março, o primeiro CICC inaugurado do País. Nos reunimos com as instituições de segurança e acordamos que iríamos começar a treinar devido ao fato de que, para Minas Gerais era inédito acompanhar um evento de grande porte, e então a gente precisava aprender a trabalhar junto, pois é muito fácil colocar várias instituições, federais, municipais e estaduais para trabalhar junto. Só que as pessoas precisam olhar na cara da outra e aprender a confiar, então a gente precisava treinar e diante disso a SESGE afirma que o grande exemplo do CICC foi Minas Gerais. (...) mérito por começarmos a trabalhar em 15 de março, treinamos, começamos vários jogos de futebol, vários eventos esportivos e culturais pra todo mundo sentar junto e aprender a trabalhar junto, para o sistema cair, para o computador ter falha, para verificar a imagem que não chega e todos esses problemas. (Agente 1 – SEDS/MG)

A atitude parece ter surtido um bom efeito, pois para um dos nossos entrevistados da PMMG a atuação do CICC foi muito positiva,

A criação de um centro integrado de coordenação e controle, o CICC foi fundamental. Quando percebemos que poderia haver alguma discrepância, alguma perda de comunicação esse centro veio como um órgão concentrador dessas informações que dirimiu essas questões. Isso aí é algo que poderia no início ter ocasionado uma perda de efetividade no serviço, mas pelo contrário, com a vinda, com a criação, estruturação e a colocação de pessoas e profissionais de todos os setores dentro desse centro integrado de comunicação e controle foi fundamental para o êxito das ações. E aí houve uma coordenação bem fácil, bem tranquila. (Agente 2 – PMMG).

Cabe ainda dizer que o bom funcionamento se deveu, em partes, às relações interpessoais construídas ao longo do período de trabalho realizado pelo CICC antes do início da Copa do Mundo FIFA de 2014 e não em razão dos treinamentos recebidos e/ou do comprometimento das instituições em cooperar com a integração.

E o espírito de integração foi maravilhoso, utilizamos vários jogos de futebol para treinarmos em conjunto. Quando chegamos na copa as pessoas já se conheciam pelo nome, foi criada uma relação de confiança, então o mérito da criação de 15 de março é do governo de Minas e da SEDS. (Agente 1 – SEDS/MG)

Desse modo, tudo indica que apenas o treinamento dado através das oficinas temáticas não foram suficientes para a integração. Na visão de grande parte dos entrevistados o fato de se ter iniciado os trabalhos com certo tempo de antecedência, antes mesmo da Copa das Confederações, e a relação pessoal entre os agentes foram preponderantes para que a efetividade da ação conjunta entre os órgãos de segurança no âmbito do CICC se concluísse.

### **3.2 – Nem tudo são flores: os obstáculos ao bom funcionamento**

Conforme apresentado na seção 1, a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 144 dividiu a função de exercício da segurança pública entre diversas instituições. Cada uma dessas é responsável por determinadas atribuições, tanto no plano federal quanto no plano estadual, o que indubitavelmente fraciona o ciclo de trabalho. Cabe aqui mencionar que a finalidade da integração não é somente o trabalho em conjunto. O objetivo da SESGE era integrar também um sistema de informações ao qual todos os órgãos da segurança tivessem acesso:

Além disso, como dito anteriormente, far-se-á necessária a integração nacional dos diversos sistemas de telecomunicações, de informática e dos bancos de dados. Essa integração possibilitará uma atuação mais adequada das polícias, principalmente na identificação de pessoas com histórico criminal, mesmo que sejam oriundas de outros estados da federação ou de outros países. (PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA SEGURANÇA NA COPA DO MUNDO, 2012, p. 33)

Essa fragmentação de informações em partes que não se comunicam acaba por gerar atritos entre as instituições que são independentes umas das outras e têm autonomia de ação, desde que sejam respeitadas as atribuições constitucionais. Um evento da proporção da Copa do Mundo é também uma oportunidade das instituições serem vistas, talvez por isso pouco tempo antes da Copa

A Polícia Federal se uniu com o Exército para assumir a coordenação da segurança na Copa. Colocaram a Polícia Rodoviária Federal “de lado” e tentaram colocar os estados “de lado”. Então os estados que tem menor tradição na segurança pública acabaram aceitando de uma maneira mais ampla a participação e a coordenação do Exército na Segurança Pública. Aqui em Minas Gerais teve uma resistência muito grande, a gente só assinou o documento de cooperação no final, bem em cima da hora, e a participação dele acabou ficando um pouco mais marginal. (Agente 2 – SEDS)

Esses atritos entre os órgãos de segurança pública fizeram do trabalho conjunto uma experiência mais laboriosa e em certa medida melindrosa:

Na reunião de *briefing* deixamos muito claro que o verbo no imperativo é por uma questão do nervosismo da operação e que não dá tempo de falar: “por favor seria possível se você entender pertinente fazer isso.” Deixamos muito claro para todos, e acho que isso foi muito importante, que quando o verbo está no imperativo na verdade é “por favor, se você entender pertinente, enquanto instituição autônoma aqui dentro, é possível você fazer isso para nós.” Então era sempre no imperativo, mas com este conceito já subentendido. (Agente 1 – SEDS)

Esse trecho da entrevista demonstra que ter uma infraestrutura física em funcionamento e uma filosofia de integração não significou que as informações dos bancos de dados das instituições estavam acessíveis às outras durante os eventos FIFA, apenas que era possível identificar se existia algum registro criminal em outro banco de dados e mediante solicitação da informação essa poderia ser disponibilizada:

Todos compartilharam os dados e as informações pertinentes. Todos fizeram, porque aprenderam que se não fizessem isso não daria certo. Durante toda a Copa das Confederações, tudo que nós precisamos eles fizeram. (...) conseguimos fazer uma mudança de consciência importante em alguns momentos. (...) ninguém entra no sistema de ninguém todo mundo é proprietário



de sua base de dados, mas as informações eram compartilhadas conforme o princípio de demanda e conveniência. (Agente 1 – SEDS/MG)

No entanto, a recusa de alguns em prontamente compartilhar as suas informações, faz com que se quebre um elo da corrente de ação e esse deve ser reconstruído o quanto antes para que a “integração” não seja comprometida:

Hoje no CICC nós temos pessoas que não foram as pessoas que estiveram em junho (2013), por aposentadoria, por férias, por ter mudado de setor. Então estas alterações tendem, principalmente neste momento, já entrado em 2014, elas tendem a ser muito prejudiciais porque entram pessoas novas que as vezes não estão habituadas ou que não participaram do processo de integração e isso pode gerar uma consequência grande. (Agente 3 – SEDS)

A boa integração do CICC depende fortemente da junção das informações fragmentadas nos diversos bancos existentes. Tudo indica que a Constituição Federal, que fragmenta as atribuições das polícias, origina uma rixa entre as instituições que dificulta o entendimento da necessidade do compartilhamento das informações que fomenta a integração.

#### **4 – SERÁ QUE O CICC PODE SER MESMO CONSIDERADO UM LEGADO DA COPA DO MUNDO FIFA DE 2014 PARA A CIDADE DE BELO HORIZONTE?**

Sob o mote Copa do Mundo a funcionalidade do CICC foi efetiva e muito positiva. Na opinião de um agente da Secretaria Estadual de Defesa Social “durante os jogos ele cumpriu o objetivo dele de integrar as organizações, ele funcionou bem. A maior parte dos fluxos de informação se dava no CICC.” (Agente 2 – SEDS)

Na opinião de outro entrevistado a atuação integrada tem muito a oferecer à segurança pública, é um novo modelo de gestão que deve ter continuidade porque “ele é realmente o que há de melhor para segurança pública no pós Copa.” (Agente 1 – PMMG)

Entretanto, a capacidade de dar seguimento a essa nova política, ao que tudo indica está condicionada à finalização da obra da estrutura definitiva:

Planejamentos... existe um plano que é transferir o CICC para uma sede permanente que vai ficar perto do Expominas, ali perto do quinto batalhão, e lá, em tese, vai ter a integração de todos os órgãos assim como aconteceu lá na sede provisória. Além disso, pensa-se em levar outras unidades da SEDS para dentro desse prédio. Então a versão oficial é essa. (Agente 2 – SEDS)

Corroborando essa afirmativa:

**Entrevistador:** Mas o CICC vai ficar funcionando, ou a princípio só para grandes eventos e shows?

**Entrevistado:** se tivesse sido executado a grande obra, a gente não estaria falando sobre isso agora, eu diria para você que vai continuar não, já está integrado. Como a obra não foi executada você continua tendo hoje que fazer essa pergunta,

Então, a capacidade do CICC em se constituir como um legado pode ser comprometida posto que

Tem que criar no estado uma estrutura, o CICC tem que ser criado para a segurança pública, foi criado para grandes eventos e agora tem que ser integrado para a segurança pública. Você tem, por exemplo, um modelo que já está sendo trabalhado, São Paulo criou uma legislação integrando o CICC deles na área de segurança deles. E nós estamos aqui também para formatar a documentação sobre isso, criando e integrando o sistema que é a continuação do processo. A gente tem isso aqui, eu estou inclusive com a minuta do decreto que institui no âmbito de Secretária de Defesa Social o Centro Integrado de Comando e Controle. (...) tentar desenvolver como a estrutura vai funcionar para a segurança pública, já com todo o teste dela feito para a segurança com foco em evento. Então você já tem normas de funcionamento, regras, o documento memorando de entendimento entre instituições, acordo assinado de contribuição técnica. A base está toda pronta, conceito de uso. Então agora falta trazer isso tudo e efetivar como instrumento, para a gente realmente falar esse é o legado para a segurança pública. (Agente 1 – PMMG)

Em uma conversa informal, realizada após a finalização da gravação do áudio da entrevista, esse mesmo entrevistado afirmou que com a proximidade do período eleitoral e a possível troca no poder executivo estadual provavelmente essas ações serão postergadas para o futuro implicando na suspensão da atividade conjunta entre as instituições.

Contudo, o centro permanecerá em atividade já que a Polícia Militar de Minas Gerais, que historicamente tem um papel atuante nas políticas de segurança do estado, mais uma vez sai na frente e cria um calendário de acompanhamento de eventos realizados na capital até o final deste ano buscando dar continuidade à expertise adquirida:

Coincidentemente eu estou até com isso aqui com um documento, a estrutura de como tudo vai funcionar, tem que se criar os cargos, o coordenador, o vínculo dele com a segurança, como vai funcionar isso tudo e aí em decorrência de mudanças na SEDS isso tem que ser estruturado agora e ser discutido, e já é minuta para o governador agora, para o governo do estado. Além disso, tem uma proposta aqui de monitoramento constante até o final do ano, então nós estamos montando um calendário, a polícia militar está gerando uma proposta de calendário para acompanhamento até o final do ano, até definir isso tudo como vai funcionar. (Agente 1 – PMMG)

O fim da Copa do Mundo FIFA de 2014, e as eleições a vista, implicou na descontinuidade do funcionamento do CICC com a presença de todas as instituições de segurança que a priori as integrava. Mas a Polícia Militar de Minas Gerais tomou a

dianteira e elaborou uma agenda própria de trabalho no centro integrado para eventos pontuais.

## **5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Todo o planejamento de segurança voltado para os grandes eventos teve foco a constituição dos Centros Integrados de Comando e Controle que serviria como catalisador da integração entre as diversas instituições responsáveis pela segurança pública. Porém, essa integração se apresentou um objetivo de difícil alcance, dado à autonomia de ação de cada uma das instituições e a desconfiança mútua existente entre elas.

Assim, apesar da experiência de integração no âmbito do CICC ter sido apontada pelos entrevistados como um legado da copa do mundo, alguns demonstraram certa descrença em relação ao futuro do órgão. O Centro foi um plano de integração bem executado para a Copa do Mundo FIFA de 2014, porém ele funcionou em uma estrutura provisória nas dependências físicas da SEDS na cidade administrativa e será desmobilizado com o fim do evento. A construção de um prédio no bairro gameleira seria o espaço no qual funcionaria a sede permanente do CICC, porém a obra foi paralisada. Na visão de um dos entrevistados, não se tem ainda um planejamento adequado de como usar este centro futuramente e como ele funcionará, pois não se estruturou uma equipe especializada na área de segurança pública com esta experiência.

Para que essa esfera de ação seja integrada à rotina das cidades, e se tornar de fato um legado para a mesma, é preciso mais que uma estrutura e uma ideologia de atuação em conjunto. É preciso ações praticas que sejam capazes de dirimir os conflitos mascarados entre instituições originados pela constitucionalização e atribuições distintas de cada polícia. Diante de tudo isso o que percebemos é que a ineficácia da integração, para além da Copa, faz com que a instituição mais forte no estado de Minas Gerias se aproprie do espaço e das tecnologias visando a continuidade do grande projeto catalizador.

## **Referências**

BRASIL. Ministério da Defesa. Doutrina Militar de comando e controle. Brasília, 2006. Disponível:[http://www.defesa.mil.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md31\\_d\\_03\\_doutrina\\_milc2\\_1a\\_ed2006.pdf](http://www.defesa.mil.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md31_d_03_doutrina_milc2_1a_ed2006.pdf). Acessado em: 01/10/2014.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos. Planejamento estratégico de segurança para Copa do Mundo FIFA Brasil 2014. Brasília, 2012b.

Disponível: [http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/PlanejamentoEstrategicoSESGE%20\(2\).pdf](http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/PlanejamentoEstrategicoSESGE%20(2).pdf). Acessado em: 01/10/2014

CARDOSO, Bruno Vasconcelos. *Megaeventos esportivos e modernização tecnológica: planos e discursos sobre o legado em segurança pública. Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 19, n.40, p.119-148, Julho/dezembro 2013.

COLI, André de Oliveira. *Centro Integrado de Comando e Controle (CICC): Ferramenta de Integração para o estado rede*. Belo Horizonte 2011. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP 2011) da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais e Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro.

PAULA, Marilene de. *Copa para quem e para quê? Um olhar sobre os legados dos mundiais de futebol no Brasil, África do Sul e Alemanha*. Marilene de Paula, Dawid Danilo Bartelt (organizadores). – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.

RODRIGUES, Debora.; PRADO, Sara. C. F.; COUTTO, Vinicius.; RIBEIRO, Ludmila . *Polícia para quem?*. In: VIII Encontro da ANDHEP, 2014, São Paulo. Anais do VIII Encontro da ANDHEP. São Paulo: ANDHEP, 2014. v. 1. p. 210-225.

SAPORI, Luis Flavio; ANDRADE. Scheilla C. *Desafio da governança do sistema policial no Brasil: o caso da política de integração das polícias em Minas Gerais*. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo v.7, n.1, 102-130 Fev/Mar 2013